

Hesitação do Governo pode desperdiçar chance de mudar



Há poucos dias, associações de avicultores de todo o País tomaram uma decisão drástica: os produtores vão cortar sua produção em dez por cento, para "equilibrar" o mercado. Traduzindo em português: os preços que frangos, galinhas e ovos vêm obtendo no mercado são insatisfatórios, dão prejuízos ao produtor. Haveria "superprodução" e necessidade de reduzi-la, para que os preços reajam. Fenômeno semelhante já ocorre com a carne bovina: embora não tenha havido uma decisão "oficial" de reduzir a produção, esse processo já está em marcha, com matança de bezerros ou mesmo vacas (para evitar novas crias), de forma a reduzir a oferta de gado e de carne, dentro de alguns meses (com nova alta de preços, então). Esses dois fatos, atuais, devem chamar a atenção para um fenômeno "chave", frequentemente esquecido nas análises "teóricas" sobre o problema da produção agrícola e da fome no Brasil. A esquerda e a direita sobram sempre as exaustivas afirmações e teses empoladas, segundo as quais a produção agrícola não cresce na velocidade possível porque "o Governo cortou os subsídios ao crédito", ou porque (esta, a explicação preferida, à esquerda)

"o Governo só dá estímulos aos produtos de exportação, como a soja ou o álcool, privilegiando suas culturas".

Ora, o que está acontecendo com o frango, com a carne, com o próprio feijão e, frequentemente, com produtos hortifrutigranjeiros, mostra que esse diagnóstico é absolutamente "furado": a produção agrícola não cresce expressivamente porque, sempre que isso acontece, em um determinado ano, as safras esbarram com a falta de preços, o produtor tem prejuízos — e precisa reduzir sua produção, na etapa seguinte. O problema não é estimular o aumento da produção, é ampliar o consumo, a capacidade de comprar por parte do povo brasileiro. E, ainda, a agricultura brasileira não precisa de estímulos artificiais, precisa de preços (assegurados pelo consumo) para chegar facilmente ao crescimento da produção.

É fácil entender a importância desse diagnóstico: se for criado mercado consumidor para a agricultura, ela poderá crescer rapidamente, gerando empregos e renda no interior, numa primeira etapa. Com a criação de empregos e renda no interior, crescerá também o mercado consumidor para produtos industriais, e mesmo para produtos

agrícolas gerando-se empregos e renda também nos centros urbanos. Toda a economia, em resumo, acabará experimentando expansão, "de baixo para cima", ao mesmo tempo em que se resolvem problemas sociais do País, como o desemprego, a miséria e a fome.

A prioridade à agricultura, em resumo, seria uma das principais diretrizes de um "modelo econômico alternativo", novo, para o País. Como chegar lá? Foi visto que o caminho certo é a ampliação do mercado consumidor — e é aqui que, mais uma vez, os "teóricos" insistem em propostas velhas, que só trouxeram males ao País. Até por motivos políticos, insiste-se apenas na necessidade de aumentar rapidamente os salários, "achatados" nos últimos anos, para chegar ao aumento do consumo de alimentos. Ora, ninguém nega essa necessidade, mas do ponto de vista da ampliação do mercado para a agricultura a prioridade é bem outra. O subconsumo aterrorizador, é óbvio, atinge aos célebres 40 ou 50 milhões de brasileiros marginalizados até hoje do processo de crescimento econômico. E essa camada da população que deve merecer prioridade absoluta, do próprio ponto de vista econômico (e não apenas sob o aspecto de justiça social), pois é ela que terá condições

de absorver maior parcela de crescimento da produção agrícola.

É óbvio, porém, que mesmo com uma política de emprego que venha a ser adotada pelo novo Governo, essa população não terá seu poder de compra substancialmente ampliado, da noite para o dia. A solução possível, que existe, é o Governo vender alimentos abaixo do preço a esses milhões de brasileiros, ou mesmo doar alimentos básicos através de "cupons" (a serem trocados pelos produtos, no comércio).

Aparentemente, esse caminho já está sendo cogitado, através do célebre "plano de emergência", a ser finalmente anunciado esta semana.

Aparentemente. Porque pelas informações já "vazadas", têm-se a impressão de que o "programa" será mera ampliação de iniciativas já existentes nessa área. Ora, elas têm minorado a penúria de uma pequena parcela da população carente, mas só isso. Não representam uma "guinada", uma reviravolta, uma verdadeira diretriz de um "modelo alternativo", como deveria ocorrer. Não há motivo para insistir nessa atitude tímida, quando se verifica que a ampliação rápida no consumo de alimentos seria a forma de fazer a economia crescer, gerando-se empregos e renda. E solucionando-se problemas sociais.

Como combater a inflação e criar mais empregos

Com a disparada da inflação, a utilização da correção monetária chegou a níveis inimagináveis, dentro da economia brasileira: hoje, não apenas médicos e outros profissionais liberais estabelecem seus preços com base nas ORTNS — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional — mas até categorias profissionais pouco sofisticadas, como encanadores, marceneiros, pedreiros já adotam essa prática. Por isso mesmo, qualquer aumento de preço evitável, ainda que de um por cento precisa ser combatido — já que ele, através da correção monetária, se propaga por toda a economia, retardando, no mínimo, a queda da inflação.

Essa visão de que o declínio da inflação depende de uma "luta corpo a corpo" merece ser lembrada, neste momento, após a taxa inflacionária de apenas 7,2 por cento em abril, e para aproveitar uma série de fatores em cena, favoráveis ao esforço antiinflacionário. Todo o avanço pode ser desperdiçado, se o Governo não tomar medidas preventivas em uma área: a oferta de hortifrutigranjeiros, isto é, legu-

mes, hortaliças e frutas, ameaçada pela proximidade de um inverno que se prevê rigoroso. De quebra, o Governo deve cuidar também de substitutos para o trigo, cujo encarecimento vem sendo exigido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Se atentar para essas duas áreas, o Governo ganhará pontos preciosos contra a inflação, e ainda criará empregos, em quantidade, em todo o País. O alerta pode parecer desnecessário. Acontece, porém, que as elites pensantes e governantes do País partiram para imensa "sofisticação" nos últimos anos, embarcando em grandes teorizações a respeito de tudo, disseminando-se com isso um certo sentimento de "vers" — há — em cuidar de coisas aparentemente menores. No caso do combate à inflação, por exemplo, pega bem discutir causas "estruturalistas" da carestia, à esquerda, ou causas "monetaristas", à direita. E o combate possível a focos inflacionários, isto é, de altas de preços, fica esquecido — e tome mais inflação, mais correção monetária, mais inflação.

1 Sem outra 'inflação do chuchu'

No caso dos hortifrutigranjeiros, o que se pode fazer para evitar uma "inflação do chuchu", ou "da couve", ou do "brócolis", resultante de eventual destruição de culturas, por força de geadas, no próximo inverno? Hoje, as culturas desses produtos ainda se concentram maciçamente ao redor da Grande São Paulo, e outras capitais do Sul (Curitiba, Porto Alegre etc.), sujeitas à ação do frio intenso. Os governos estaduais devem ser chamados a colaborar, lançando programas de emergência para a descentralização da produção, isto é, implantação imediata de culturas de verduras e legumes nas regiões mais quentes de seus estados, pois aí, mesmo com o frio rigoroso, as plantações

não sofreriam, garantindo o abastecimento normal — e evitando a alta de preços de hortifrutigranjeiros. Sabe-se que alguns estados já vêm patrocinando essa "descentralização". Tudo, porém, em ritmo lento, que agora deveria ser substituído por planos de emergência que realmente provocassem rápida expansão da oferta. É aqui que, aparentemente, a porca torce o rabo: como levar o produtor a plantar verduras e legumes, se o seu mercado já é marcado por grande instabilidade, com freqüentes aviltamentos de preços? A solução estaria prevista no plano de emergência: haveria financiamentos especiais para as culturas. E, se as geadas não vierem, e houver superoferta, os governos estaduais comprariam a produção dos produtores das zonas novas, seriam indenizados parcialmente pela União e a distribuiriam gratuitamente às populações carentes. As novas plantações criariam empregos. E a inflação desnecessária seria evitada.

2 Sem nova 'inflação do trigo'

O Governo vem vendendo trigo aos moínos pela metade do preço que o Tesouro paga aos produtores nacionais (2,0 milhões de toneladas, ou 33 por cento do consumo total). Como essa diferença de preços poderia representar uma sangria anual (projetada) de Cr\$ 4 trilhões, para o Tesouro Nacional, o FMI vem exigindo a redução dos subsídios, com elevação dos preços do produto — e mais inflação. Há quem alegue, ainda, que o trigo é hoje um alimento popular básico, dado o custo aparentemente baixo, sobretudo do pãozinho (Cr\$ 175,00), e que a elevação de seus preços pioraria o nível de nutrição de vastas camadas da população.

E não apenas possível, mas desejável, reduzir o subsídio ao trigo, criando-se mais empregos no País e, simultaneamente, reduzindo-se o impacto sobre a taxa de inflação, a curto prazo (a médio prazo, também a retirada dos subsídios teria teoricamente caráter antiinflacionário, na visão do FMI).

Antes de mais nada, em vastas regiões do País o pão não tem a mesma presença que nos Estados mais ricos do Sul: em Goiás, a mandioca cozida em água e sal, em substituição ao pão ainda é um costume predominante; no Nordeste, há o cuscuz doce, a tapioca, a farinha de milho. O

problema da substituição do pão se resumiria, assim, ao Sul do País — e isso poderia ser conseguido através de campanhas para aumentar o consumo de pães, broas, bolos à base de fubá, — ou de mandioca e cará, estes últimos hoje vendidos em padarias como "gulseimas", sem que as pessoas sequer saibam a matéria-prima. Para isso, seria preciso aumentar a próxima safra de milho de inverno, no Sul — e lançar programas para aumento da produção de cará e mandioca, tarefa que exigiria coragem pois certamente será alvo de ironias por parte dos críticos intelectualizados. A substituição do macarrão às refeições será menos problemática: a produção de feijão chegará este ano a 2,7 milhões de toneladas, para um consumo previsto de 2,3 milhões de toneladas, e o Governo vem sendo forçado a comprar as safras, detendo também estoques de arroz. Ambos os produtos poderiam ser vendidos em larga escala, na periferia das grandes cidades, a preços realmente mais baixos. Para isso, seria utilizada apenas uma parte da cifra de Cr\$ 4 trilhões hoje gasta em subsídios ao trigo que beneficiam sobretudo a produtores estrangeiros, criando empregos lá fora. Aparentemente, restou um problema: de qualquer forma, a elevação dos preços do trigo não afetaria a taxa de inflação? Se a substituição por outros alimentos estivesse garantida, e "medida" em estatísticas, a Fundação Getúlio Vargas forçosamente reduziria o "peso" do trigo e seus derivados no cálculo de suas taxas, já que seu consumo seria afetivamente substituído sem manipulação, o índice seria menor.

Mito número um

Desemprego: teria avançado em março. Analisando-se os dados do IBGE, a taxa média de desemprego nas principais capitais passou efetivamente de 6,12 por cento para 6,48 por cento da população economicamente ativa. Mas o índice de desemprego caiu de 7,82 por cento para 7,08 por cento. Há também os dados do Dieese, sobre a Grande São Paulo. Só que eles incluem, como desempregados, crianças desde dez anos.

Mito número dois

Represamento: diz-se que a Petrobrás está enfrentando prejuízos com o adiamento dos aumentos dos derivados de petróleo. A propósito, vale a pena conhecer os estudos do professor Fernando Homem de Mello, da USP, mostrando que esses derivados subiram excessivamente em 1984, situando-se cada vez mais distantes dos níveis internacionais. A Petrobrás pode dar seu quinhão no combate à inflação.

Mito número três

ESTATAIS: também Eletrobrás, Telebrás etc. estariam às voltas com o "represamento". Há pontos a ganhar, também nessa área, graças ao aumento na demanda pelos respectivos serviços. E graças sobretudo, o que vem sendo esquecido, à queda nos juros internacionais, de grande peso para essas empresas, por estarem altamente endividadas no exterior.

São Paulo, pobre vítima da União

Em discussão a criação de um "fundo", pelo qual a União pagaria, aos Estados exportadores, o ICM — Imposto sobre Circulação de Mercadorias — perdoado sobre as mercadorias vendidas ao exterior. Diz-se que a medida é "justa", porque a isenção do ICM foi decidida pela União, que deveria assim ressarcir estados como São Paulo. Claro, justíssimo. Basta que a União também pague que São Paulo devolva, ao Tesouro Federal, todos os impostos (de Renda, sobre Produtos Industrializados etc.) perdoados na área federal, para que as indústrias paulistas cresçam, gere empregos que gerem renda e mais produção — e mais impostos para São Paulo. Sem falar na energia elétrica mais barata para as indústrias paulistas, o óleo combustível idem, os incentivos para modernização, automação, substituição de energia etc. etc., abiscotados pelas empresas de São Paulo e Nordeste e os párias de todo o País agradeçam.

Nem mesmo Pinochet

O Governo fixou nova fórmula para a correção monetária, para que ela fique conhecida previamente — e o mercado financeiro "tenha tranquilidade" para realizar suas operações, sem tentar adivinhar a inflação do mês seguinte. O Governo fixou a desvalorização cambial, dia a dia, para "dar tranquilidade" ao setor exportador, além de conceder-lhe, óbvio, um "reajuste salarial" diário. O Governo não quer os reajustes trimestrais de salários, a pretexto de que seriam inflacionários — como se a correção pré-calculada e a correção cambial não o fossem, isso não ocorreu nem no Chile de Pinochet, no reinado dos ultra-monetaristas: lá, foi adotada a "escala móvel" de salários, isto é, eles eram reajustados sempre que a inflação acumulada alcançasse certo nível. Quando na oposição, os economistas "progressistas" defendiam a "escala móvel". Agora...

Sinal amarelo

As decisões do Conselho Monetário Nacional, já analisadas nesta coluna anteontem, demonstram um enfraquecimento da linha de austeridade defendida pelo Ministro Dornelles (perdeu a parada ou aderiu?). Há poucas semanas, a Fazenda havia ameaçado bloquear fundos de Estados, municípios e estatais que não vinham pagando suas dívidas, isto é, fugindo à "austeridade". Agora, o CMN autorizou substanciais elevações no limite de endividamento das mesmas áreas. Para avaliar: a Resolução 991 estabelece o limite de aumento do endividamento da área estatal (isto é, a busca de crédito) junto ao sistema financeiro privado. No governo anterior, "sem austeridade", esse aumento era 1 a 3 pontos percentuais abaixo da correção monetária, o que significava que governos e estatais deviam usar recursos próprios para cobrir essa diferença, reduzindo sua dívida em igual proporção, em termos reais. Agora, conforme o CMN, o aumento no endividamento poderá ser igual à correção monetária — no exato momento em que ela supera a inflação. Só em abril, a área oficial foi autorizada a aumentar seu endividamento em cinco por cento acima da inflação. Venceram os "progressistas".

Sinal vermelho

Já se disse, é preciso repetir: o verdadeiro "escândalo" ocorrido no Brasil, nos últimos anos, foi a própria política econômica em si, marcada pela absurda concessão de incentivos e privilégios a grupos e setores econômicos, como rotina, e não como "fraude". Os "estouros", confundidos com "escândalos", foram apenas fracassos empresariais que trouxeram algumas distorções à luz — nada mais. Por isso mesmo, na Nova República, o importante não é discutir apenas as "grandes linhas" da política econômica, mas estar atento às decisões de todos os órgãos, para evitar a volta aos privilégios pagos por toda a Nação. A pergunta-chave é uma só: "para onde está indo o dinheiro?", pois ela mostra a face real da política econômica. A decisão do Conselho Monetário Nacional, de autorizar o Governo a "doar" aos exportadores, nada menos de 15 por cento do valor exportado a pretexto de reduzir os juros cobrados nos financiamentos, mostra que há muita coisa de velho na Nova República. Segundo cálculos não desmentidos, serão no mínimo Cr\$ 12 trilhões presenteados ao setor, para engordar seus lucros. Uma decisão dessas não deveria ser submetida ao Congresso? Ah, sim: venceram os "progressistas".

Reforma tributária e coragem

Nesta semana, tem início o debate, no Congresso, sobre a necessidade de uma reforma tributária para reduzir o chamado déficit do setor público (resultante também de privilégios ao setor privado, como é o caso, agora, dos subsídios aos exportadores). Um caminho viável, imediatamente: a adoção de um "empréstimo compulsório" so-

bre as faixas de renda mais alta. A renda "confiscada" poderia ser aplicada na compra de ações de estatais lucrativas, como Petrobrás, Siderúrgicas, Vale do Rio Doce, e que só poderiam ser revendidas daqui a dois anos. Com isso, cairia o endividamento das estatais e suas despesas com juros, reduzindo-se o déficit

do setor público, e acelerando-se o combate à inflação. Para o contribuinte, uma vantagem: em vez de ter sua renda "confiscada" definitivamente, via aumento de impostos, formaria um patrimônio, sob a forma de ações, resgatável no futuro. Falta ver se existe coragem política para adotar o compulsório.

Mais cautela com as taxas de juros

Inflação de 7,2 por cento em abril, possível taxa igual ou na casa dos 8 por cento em maio. Já se lembrou, anteriormente, que empresas e consumidores devem dar maior atenção às taxas de juros cobradas nos financiamentos, rejeitando níveis exagerados — mesmo porque, na última semana, algumas instituições começaram a reduzi-las também nos empréstimos. Mas há também outro aspecto a analisar, ante a queda dos juros — desta feita, na hora de aplicar.

